



A Guerra Civil Americana e a Guerra do Paraguai: Uma Análise Histórica Sobre os Fatores que Tornaram estes Conflitos Inevitáveis

Lívia Freitas Pinto Silva Soares.

Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente cursa o Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS UFRJ). E-mail: livia_fps@hotmail.com

74

Resumo

Este artigo tem como escopo avaliar a conjuntura e as condições que inviabilizaram a resolução pacífica dos impasses e das contradições, os quais atravessaram os Estados Unidos e as quatro nações sul-americanas, que se envolveram na Guerra do Paraguai. Ou seja, procuraremos compreender os episódios e identificar o momento em que a Guerra Civil americana e a Guerra do Paraguai se tornaram inevitáveis. Deste modo, a escolha teórico-metodológica consiste no diálogo com os estudos de Bandeira (1998), Doratioto (2002), Paludan (1990), entre outros pesquisadores que nos fornecem aportes teóricos para compreendermos as razões pelas quais os dois conflitos se tornaram cruciais para a resolução das questões a serem arbitradas pelas respectivas nações. Neste sentido, pode-se constatar que a existência de uma rede diplomática eficiente no Paraguai teria evitado o conflito entre esta nação e a Tríplice Aliança, ao passo que no caso americano, a guerra civil tornou-se inevitável, quando o Partido Republicano leva a efeito uma política de contenção da instituição escravista no país. Assim, as reflexões iniciais versarão sobre determinadas especificidades caras à Guerra de Secessão e, a seguir, serão contemplados os elementos que marcaram a Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Guerras; Paraguai; Estados Unidos.

Abstract

The American Civil War and the War of Paraguay: a historical analysis of the factors that made these conflicts inevitable. This article aims to evaluate the conjuncture and conditions that made impossible for the United States of America and the four nations involved in the War of Paraguay to solve its conflicts peacefully. That is, we will try to understand the episodes and identify the moment when the American Civil War and the Paraguayan War became inevitable. Thus, the methodological choice consists in the dialogue with the studies of Bandeira, Doratioto and Paludan (1990), which provide us with contributions to understand the reasons why these conflicts became crucial to solve the issues to be arbitrated by the respective nations. It can be verified that the existence of an efficient diplomatic network in Paraguay would have avoided the conflict between this nation and the Triple Alliance, whereas in the north-american case, the civil war became inevitable, when the Republican Party implemented a policy of containment of the slavery in the country. Thus, the initial reflections will deal with certain specificities facing the Civil War, and then the elements that marked the Paraguayan War will be considered.

Keywords: Wars; Paraguay; USA.



INTRODUÇÃO

A historiografia que tem como objeto de análise a Guerra Civil americana é quase unânime ao apontar a presença da escravidão nos Estados do Sul como o principal fator que teria contribuído para a deflagração do maior conflito armado da história dos Estados Unidos. Há, no entanto, uma vertente historiográfica que defende a tese segundo a qual a guerra teria sido o resultado de uma profunda crise constitucional sobre o alargamento da escravatura ou sua abolição. Com efeito, a segunda perspectiva também está atrelada ao futuro e à dinâmica da escravidão no país, a partir da segunda metade do século XIX, quando esta instituição já era considerada anacrônica na maior parte dos países ocidentais. Dentro desta perspectiva, pretendemos recuperar as reflexões empreendidas, sobretudo por David M. Potter (1977), Arthur Bestor e David Hebert Donald, os quais aventam hipóteses e apresentam os acontecimentos que teriam contribuído em grande medida para a eclosão da guerra em destaque.

Donald observa que, em meados do século XIX, os Estados Unidos careciam de estrutura institucional e coesão social. Fatores esses que, sob a ótica do autor, teriam dificultado ao governo central o exercício da autoridade e o controle, como também teriam colocado obstáculos para o desenvolvimento de conexões entre os cidadãos e a sociedade como um todo (DONALD, 1993, p. 57-58). Assim, segundo Donald, quando a crise seccional irrompeu, as instituições que poderiam ter verificado, enquadrado ou moderado já não existiam mais.

Sob a perspectiva de Donald, a grande expansão física do país, observada a partir da compra da Louisiana a França, em 1803, teria desencadeado uma série de crises com as quais a nação americana teria de lidar. A anexação do Texas, a guerra com o México, o assentamento na Califórnia e Oregon colocaram problemas de organização e governo para este novo Império. Em outras palavras, o expansionismo norte-americano não significou apenas a ampliação do número de territórios que haviam sido incorporados à nação, como também os tornaram vulneráveis à escravidão (DONALD, 1993, p.68-69). Assim, a consequência direta foi o surgimento de conflitos a respeito da expansão deste sistema de trabalho compulsório para os territórios do Oeste. Fator que sinalizava, por um lado, que a escravidão ainda era uma instituição em expansão e, por outro, criava-se, cada vez mais, um ambiente pouco propício à



conciliação entre as duas regiões dos Estados Unidos. Por outro lado, tais circunstâncias motivaram o estabelecimento de uma série de compromissos políticos, cujo objetivo consistia no comprometimento com a manutenção de um equilíbrio entre os estados livres e os escravistas.

Similarmente, em 1854, era necessário organizar o território do *Grait Plains*, mas, como salienta Donald, Stephen Douglas aprendeu dolorosamente, que ao organizá-lo sem a escravidão alienou o sul, organizando-o com a escravidão deixou o norte indignado, e organizá-lo sob a soberania popular causaria raiva em ambas as seções. Neste momento, o Sul estava cada vez mais comprometido não só com a manutenção da escravidão, como também se empenhava em estender ao máximo a instituição aos novos territórios do país. Paralelamente, a anexação do Texas como um estado escravista em 1844 e a Guerra contra o México 1846-48 foram objetadas por muitos setores do Norte que acreditavam que novos estados escravistas surgiriam (DONALD, 1993, p.68-69). Segundo a perspectiva de Arthur Bestor, esses fatores, somados às conquistas no Sul, proporcionadas pela guerra, deram à campanha contra a escravidão uma nova urgência sem precedentes. O Texas, Alabama e o Mississippi, para não dizer nada do Arkansas e do Missouri, forneceram, segundo o autor, a prova surpreendente de quão rápido a instituição se estabeleceria ao longo das novas regiões (BESTOR, 1993, p. 78). Para se proteger contra qualquer possível repetição desses desenvolvimentos, as forças antiescravistas reagiram à insurreição da guerra do México introduzindo e suportando a Emenda de Wilmont. Com o fim de promover o equilíbrio entre regiões livres e escravistas, David Wilmot, deputado democrata da Pensilvânia, apresentou um regulamento, em 1846, que pretendia eliminar a escravidão dos territórios conquistados onde ela não tivesse existido previamente. De um lado, esta Emenda deixou o país à beira da secessão e, de outro, ela provocou uma divisão no interior do Partido Democrata (POTTER, 1977, p. 27).

Em 1854, os novos territórios do Kansas e Nebraska de repente apareceram no mapa dos Estados Unidos e estes novos nomes, por sua vez, foram apontados pelos jornais como eventos ameaçadores (BESTOR, 1993, p. 78-79). Dentro desta perspectiva, o processo de organização territorial trouxe para o centro a crise de um quarto elemento, o último segundo Bestor, o fator constitucional, uma vez que as admissões de novos Estados constituem elementos do processo de formação constitucional. Com a expansão territorial, a escravidão se



transformou no mais direto e imediato senso, uma questão constitucional que era capaz de desregular a união. No entanto, há um paradoxo importante que merece relevo: a escravidão teria sido atacada em lugares onde ela não existia de fato, nos quais ela aparecia apenas como uma possibilidade futura, em vez de ser nos Estados, onde a instituição existia na força. Assim, segundo Bestor, nos locais que defendiam ferrenhamente o fim da escravidão não existia mais que um punhado de escravos. Os Estados do Kansas e Nebraska contavam com pouquíssimos escravos (aproximadamente cem), a despeito da revogação das restrições da instituição escravista pelo ato do Kansas-Nebraska. O sangue tinha sido derramado sobre a introdução da escravidão dentro daquele território e, de fato, havia apenas 627 pessoas de cor, escravas ou não, dentro de seus limites, na véspera da sua admissão no estado. A mesma situação acontecia no Oeste (BESTOR, 1993, p. 79-80).

Para os fins desta análise, pretendemos recuperar brevemente o debate existente a respeito dos episódios que atravessaram a história americana a partir da segunda metade do século XIX que impediram a resolução pacífica para os impasses e controvérsias existentes no interior da sociedade americana. Ou seja, procuraremos compreender os acontecimentos que contribuíram em grande medida para a deflagração da Guerra Civil americana e, ao mesmo tempo, identificar o momento em que o confronto direto entre as tropas do Norte livre e do Sul escravista tornou-se inevitável, dados os interesses e projetos antagônicos existentes nas duas regiões. Nesta perspectiva, as reflexões empreendidas por Kenneth Stampff são interessantes, na medida em que apresenta e critica, ao mesmo tempo, a visão tão persistente nos estudos que avaliam as causas da guerra civil, segundo a qual um conflito militar era evitável. Sob a ótica do autor, os proponentes desta abordagem se ocuparam do que é chamado argumento contrafactual, ou seja, especularam sobre o que poderia ter evitado a guerra. Desta forma, o autor reduz a especulação e observa que o único conjunto de possibilidades que poderia ter prevenido a guerra não estava de fato disponível aos protagonistas. Identificar se um conflito pode ser evitado ou não é uma tarefa complexa, uma vez que abarca questões metafísicas e psicológicas. Assim, a alternativa encontrada pelos revisionistas para a guerra foi um compromisso, paciência e evitar a confrontação para manter a tranquilidade política do meio social em que diferenças seccionais poderiam ter sido racionalmente resolvidas (STAMPFF, 1993,



113-114). Esses trabalhos partem do pressuposto segundo o qual, as forças evolutivas teriam em breve finalizado pacificamente a escravidão. Contudo, o momento preciso em que a instituição seria banida do país nenhum revisionista poderia dizer, mas mais deles adivinharam que poderia ter durado até o final do século XIX. Stampp chega à conclusão de que os revisionistas acreditaram que a sobrevivência da escravidão negra por uma outra geração não teria sido um preço tão elevado para evitar o conflito armado. Portanto, o caráter determinista e falho destas abordagens revisionistas é evidente, na medida em que tentaram explicar como a escravidão teria sido abolida se a Guerra Civil não tivesse acontecido. De acordo com as teses revisionistas, o Norte deveria ter evitado provocar o Sul e deixado a resolução da questão escravista para eles (STAMPP, 1993, p.116).

Sob a perspectiva de Stampp, uma análise aceitável acerca da crise seccional e das opções que foram racionalmente abertas àquela geração deveria começar com a suposição de que o movimento escravista existia nos Estados do Norte. Assim, segundo o pesquisador, a missão dos historiadores que buscam explicar o conflito reprimível não pode ser desejar a distância dos abolicionistas, mas explicar como uma atmosfera favorável à tranquilidade política poderia ter sido mantida, a despeito da forte presença da cruzada antiescravista. Desta maneira, grande parte da responsabilidade por evitar a confrontação seccional seria transferida do Norte para o Sul. Stampp ressalta que a melhor esperança de manter o conflito reprimível era neutralizar o movimento anti-escravista, minimizando o seu apelo para o público do Norte. Contudo, para isso ser possível, é necessário trabalhar com o exercício contra-factual, tal como as abordagens revisionistas fizeram, e partir do pressuposto de que a escravidão existia no Sul e no Norte (STAMPP, 1993, p.118-119).

Para tanto, Stampp aponta uma série de condições básicas que deveriam ter acontecido para que a Guerra Civil fosse reprimível. A primeira condição básica relacionou-se ao fato de que o sul evitou agressivamente as posturas pró-escravas que diminuiriam a expectativa tradicional de que através de uma progressão natural a escravidão daria lugar a um sistema de mão-de-obra livre. Assim, segundo Stampp, o fato é que muitos pós-revolucionários do Sul admitiram os maus da escravidão e assumiram pelo menos uma vaga postura anti-escrava que encorajou os reformadores do norte a serem pacientes. Entretanto, a mudança gradual para um



tom menos apologético eventualmente alterou a percepção da possibilidade de emancipação sem intervenção exterior. Já a segunda condição apontada pelo autor diz respeito ao fato de que a preservação da tranquilidade política atrelou-se à necessidade de implantação de um programa de reforma institucional da escravidão por parte do sul, abarcando os aspectos que eram os maiores alvos dos ataques dos abolicionistas. Contudo, segundo a perspectiva do autor, reformas como essas não teriam tornado a escravidão aceitável para os abolicionistas, mas só seriam privandos de algumas das suas armas de propaganda mais eficazes. No que diz respeito ao terceiro requisito, o autor observa que a medida necessária para evitar o conflito consistia na aceitação de uma política federal de confinamento da escravidão para os 15 Estados que a reconheciam no tempo da Guerra do México. Portanto, sob a ótica de Stamp, nada teria alarmado mais o Norte do que uma demanda agressiva de políticos do sul para a abertura dos territórios ocidentais à escravidão (STAMP, 1993, p.120-121).

Por fim, a quarta condição básica aventada por Stamp, a qual teria tornado possível uma solução pacífica para a crise seccional, estava relacionada à exigência de o Sul se tornar um exemplo de resposta temperada à crítica antiescravista e, por conseguinte, abrir a mente para propósitos moderados para uma eventual alforria. No entanto, não foi esse o padrão comportamental observado no Sul, na medida em que os defensores da escravidão da região procuraram impedir as discussões inteiramente. O Partido Republicano era visto não só como uma ameaça real, mas também era incompatível com a honra e a segurança dos Estados do Sul. Nesta perspectiva, todos os requisitos para a preservação de um ambiente propício para o compromisso e para a tranquilidade política haviam sido desrespeitados pelo Sul, políticos do Sul (*Deep South*) cometeram o erro final de tentativa de secessão depois da eleição de Abraham Lincoln, o primeiro presidente Republicano dos Estados Unidos (STAMP, 1993, p.122). Por outro lado, Stamp afirma que o caso alternativo para um conflito reprimível apresentado em sua abordagem teve o mérito de levar em conta algumas das condições fundamentais da sociedade do Norte que os revisionistas tradicionais preferiram ignorar. Contudo, o autor observa que esta teoria também é falha, pois os choques do sul, somado à postura antiescravista do Norte, tornaram insustentáveis tanto o conceito revisionista, quanto o conceito alternativo de um conflito reprimível.



Portanto, não há consenso, nem precisão na historiografia que avalia a conjuntura anterior à Guerra Civil americana a respeito da conjunção de fatores que teriam evitado a eclosão desse conflito que marcou profundamente a história do país, uma vez que esses elementos não estavam disponíveis para os atores. Talvez, como Stampf sustenta, o confinamento da escravidão aos quinze Estados que a reconheciam legalmente durante a Guerra do México pudesse ter, de fato, tornado o confronto armado evitável, na medida em que a expansão da escravidão era o fato que mais atemoriza o Norte. Contudo, os proprietários de escravos do Sul não abririam mão facilmente da continuidade e da expansão dessa instituição anacrônica, porém vital para a economia da região, o que os levariam a acionar o princípio constitucional da soberania dos Estados, nem a população do Norte ficaria paralisada, vendo-a crescer sem pressionar o governo central.

Durante a década de 1850, os antiescravistas do Norte e os radicais pró-escravistas do Sul estavam propensos a antecipar uma resolução final ao conflito armado. Confrontos sangrentos entre partidários da escravidão e free-soilers no Kansas mostraram o quão desastrosa teria sido a aplicação do conceito de soberania popular às zonas de fronteira. Assim, em 1854, o Congresso implementou um novo compromisso para minimizar os conflitos no Kansas. Contudo, sua eficácia foi controversa, uma vez que muitos setores do Norte viram o “Ato do Kansas-Nebraska” como uma derrota da democracia nortista para o despotismo escravista do Sul. A repercussão dos acontecimentos desastrosos no Kansas contribuiu para a promoção do realinhamento partidário entre as forças descontentes do Norte. Em 1854, o partido Republicano foi criado e um dos fatores de coesão partidária foi a comum aversão ao poder sulista visto como desagregador para a nação.

Pode-se afirmar, portanto, que a partir de 1854, o conflito armado tornou-se inevitável, uma vez que esta nova organização partidária do Norte logo identificou a *plantation* escravista como principal obstáculo ao desenvolvimento social do país e se comprometeu a limitar a escravidão aos estados onde ela existia, restringindo sua expansão para os territórios do Oeste. Ou seja, os republicanos tinham interesses e projetos comuns que iam de encontro às intenções dos proprietários de escravos do Sul que acreditavam que a expansão da escravidão para os territórios ocidentais era fundamental para a sua preservação. Como observa Bense, a despeito



da estrutura descentralizada do Estado e das pequenas extensões do governo federal, o seu poder em 1860 era suficientemente importante para atemorizar os escravocratas de que sua hegemonia sobre os grupos sociais subordinados estaria em risco, caso o governo central fosse conquistado por um grupo contrário à escravidão. Daí, o conflito armado ter se tornado inevitável em 1854, pois o Norte se organizou institucionalmente para combater a expansão da escravidão e, ao mesmo tempo em que Partido Democrata já estava dividido desde a Emenda Wilmont, fator que contribuía para que a próxima eleição presidencial fosse definida pelo partido majoritário no Norte. A partir desse momento nada seria capaz de manter a paz nos Estados Unidos, dado o comprometimento do Partido Republicano com a política de contenção da instituição escravista. Portanto, a eleição de Abraham Lincoln, o primeiro presidente Republicano do país, em novembro de 1860, minou os planos dos proprietários de escravos do Sul e incitou a crise final, uma vez que a maioria dos estados do Sul optou por separar-se da União. Tanto que após a vitória do presidente republicano, alguns escravos na Carolina do Sul foram chicoteados após celebrarem com muito entusiasmo a eleição de Lincoln.

Acreditamos que a Guerra Civil americana poderia ter sido evitável até o momento anterior à aprovação do Ato do Kansa-Nebraska e, sobretudo, a consequente formação do Partido Republicano, uma vez que a conquista do governo federal permitiria aos republicanos eliminar os representantes do escravismo dos seus cargos no governo federal. Portanto, a partir de 1854, inicia-se uma forte radicalização da competição política seccional, com reflexos na sociedade como um todo, no poder judiciário e na opinião pública de ambas as regiões. A partir desse ano, ficou claro que o sistema político não seria mais capaz de conciliar os interesses das duas regiões do país, fato que acontecia até então, na medida em que eles passaram a ser não mais apenas opostos, como também intoleráveis. Não era a primeira vez que a escravidão começava a ser duramente contestada, porém até o momento anterior à Guerra do México (1846-1848) o governo central havia conseguido acomodar os interesses do Norte e do Sul. A divisão do Partido Democrata e a fundação do partido Republicano, uma organização claramente regional, o qual despontou para reivindicar os interesses do Norte, assinalava para a impossibilidade de suas diferenças serem resolvidas de forma amistosa. Era o fim da possibilidade de o confronto armado ser evitado através de um compromisso, pois a vitória de



um republicano nas próximas eleições significava que a política de contenção da instituição escravista seria levada a cabo, como de fato aconteceu. De acordo com Phillip Paludan, todos os partidos acreditavam na capacidade de convencer o povo de que sua sociedade estava arriscada a perder seus valores mais caros (PALLUDAN, 1990, p.396-397). Essa atmosfera conturbada demonstrava que o conflito entre as duas organizações partidárias e as duas regiões dos Estados Unidos seria inevitável a partir de então, fato corroborado pela ascensão de Lincoln à presidência, ao final do ano de 1860. A Guerra Civil começou, em abril de 1861, com o ataque dos Confederados ao *Fort Sumter*, na Carolina do Sul, dali em diante seriam quatro anos marcados por enfrentamentos diretos, convocação dos escravos negros para lutar ao lado da União, Proclamação preliminar da abolição da escravidão, inúmeras baixas de ambos os lados e muito sofrimento para a sociedade americana em geral.

A GUERRA DO PARAGUAI: UMA ANÁLISE ACERCA DOS FATORES QUE TORNARAM O CONFLITO ARMADO INEVITÁVEL

Para que possamos compreender os episódios que precipitaram a deflagração da Guerra do Paraguai e que impediram a paz na região do Rio da Prata, trataremos à luz as reflexões empreendidas por Francisco Doratiotto e por Moniz Bandeira. Doratiotto chama a atenção do leitor para o fato de que a história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e à Argentina, principais pólos do subsistema de relações internacionais na região do Rio da Prata. Nesta perspectiva, o autor acredita que o isolamento paraguaio, até a década de 1840, assim como sua abertura e inserção internacional estariam atrelados à situação política platina, em grande parte. Com efeito, nos anos posteriores a essa abertura, o Paraguai teria mantido relações amigáveis com o Império do Brasil e, ao mesmo tempo, uma postura de afastamento da Confederação Argentina, da qual se aproximaria nos anos de 1850, momento em que passaria a colecionar momentos de tensão com o Rio de Janeiro. Doratiotto destaca, ainda, que o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano López, procurou participar mais ativamente nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desta forma, tal iniciativa teria fomentado as rivalidades do Paraguai com seus dois maiores vizinhos e, por



consequente, López teria acabado ordenando a invasão de Mato Grosso e Corrientes, o que marcaria o início de uma guerra que se estenderia por cinco longos anos (DORATIOTTO, 2002, p.23).

No entanto, a década de 1840 testemunharia um período de paz diplomática entre as duas nações, após a morte de Francia e a ascensão de Carlos Antonio López ao governo do Paraguai, em 1844. Por outro lado, a mudança de comando não teria engendrado mudanças profundas na estrutura política do país, uma vez que López deu continuidade ao autoritarismo franquista. No plano externo, contudo, o Paraguai passou a participar cada vez mais das questões platinas (DORATIOTTO, 2002, p.26). Cabe salientar, ainda, que a modernização econômica da nova nação partiu do próprio Estado que teve a missão de impulsionar o regime capitalista fortemente baseado nos itens exportáveis da produção agropecuária. A erva-mate foi um dos principais itens que figuraram na pauta de exportação do país, a qual acabou fazendo concorrência com a produção brasileira do mesmo gênero¹.

Outro aspecto interessante presente na abordagem promovida por Doratiotto diz respeito ao fato de a intervenção de Rosas, da Argentina, na Guerra Civil Uruguaia (1838-51) ter beneficiado a aproximação entre o Brasil e o Paraguai, na medida em que ele se recusara a reconhecer a independência da nação paraguaia e representava uma ameaça comum para os dois países (DORATIOTTO, 2002, p.27). De um lado, impossibilitava ao Paraguai ampliar o contato com o exterior para se modernizar, e, de outro, seu apoio aos *blancos* na Guerra Uruguaia desagradou o Império do Brasil. Ademais, segundo a perspectiva de Doratiotto, a existência do Paraguai e do Uruguai era a garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina. Dentro desta perspectiva, as lutas internas na Argentina e no Uruguai teriam sido as grandes facilitadoras da ação do Império no Rio da Prata, que se davam

1 Segundo Moniz Bandeira, diversos fatores objetivos e subjetivos contribuíram para que o Brasil e o Paraguai colidissem. Um dos objetivos do Brasil para abater o governo Blanco seria, ao que tudo indicava, apropriar-se da área mais rica dos ervatais do Paraguai, mediante a fixação da linha de fronteira no Rio Apa, e afastamento do mercado de alguns especuladores, entre os Estados da Bacia do Prata, que aumentariam suas plantações e o comércio do mate. Ao mesmo tempo, Solano López fez-lhe o jogo, a fim de garantir o fluxo de importação de equipamentos e armas, ao afoitar, levianamente, uma guerra, provável, mas não fatal (BANDEIRA, 2002, p. 186-187).



em torno do caráter que os respectivos Estados deveriam assumir. Vale ressaltar que, como era de se esperar, nessas lutas, o governo imperial acabou dando suporte à facção liberal, aberta ao comércio exterior e, portanto, à liberdade de navegação dos rios. Foram estas as circunstâncias que serviram de pano de fundo para a formação da aliança entre o Império do Brasil, a facção política dos colorados no Uruguai e o governador da província de Entre Rios, José de Urquiza, união que viabilizou a queda do ditador da Confederação em 1852. Passaram a existir, então, duas unidades políticas independentes entre si e em permanente atrito, a Confederação Argentina, com sede em Paraná, e o Estado de Buenos Aires (DORATIOTTO, 2002, p.28).

No que tange às definições dos limites entre o Império Brasileiro e a nação paraguaia, uma das principais causas da guerra, ressalta-se que o governo imperial reivindicava a soberania do território entre os rios Branco e Apa, tendo este último como limite com o Paraguai, com base no princípio do *Uti possidetis*². O governo paraguaio, por sua vez, contestava o limite no rio Branco, com base no Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, assinado entre a Coroa espanhola e a portuguesa. A diplomacia imperial rejeitava esse pleito e argumentava que o Tratado de Badajoz, de 1801, firmado entre essas duas metrópoles, anulava o documento do século anterior. Como resposta a estas indefinições entre as duas nações, durante a década de 1850, Carlos López colocou diversos obstáculos à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros, condicionando-a a delimitação da fronteira entre os dois países no rio Branco. Assim, situa-se a partir deste momento a primeira ameaça de guerra entre os dois países, uma vez que a livre navegação por aquela região era vital para o Império, levando-o a ameaçar o Paraguai com uma guerra, para a qual este não estava preparado (DORATIOTTO, 2002, p.32). Desse modo, o Paraguai cedeu e acabou assinando com o Império, em abril de 1856, um tratado em que garantia a livre navegação e postergou por seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se o *status quo* do território litigioso entre os rios Apa e Branco. Por outro lado, as relações do novo

² Segundo este tratado, caberia a cada país o território que efetivamente estivesse ocupando por ocasião da independência, e assim seriam brasileiras as terras decorrentes do expansionismo colonial português. (DORATIOTTO, 1990, p.24).



governo paraguaio deterioraram, a partir de 1864 de forma acelerada, tanto com o Império como com a República Argentina, levando o Paraguai à guerra contra esses dois países que, juntamente com o Uruguai, constituíram a Tríplice Aliança para enfrentar Solano López.

Doratiotto sustenta a tese segundo a qual o elemento catalisador de todas essas divergências teria sido a situação política no Uruguai, sob a presidência, desde 1860, de Bernardo Berro. No que tange às relações entre o Uruguai e o Brasil, o presidente Berro procurou enfraquecer a hegemonia imperial em seu país. O governo uruguaio atingiu os interesses de estancieiros gaúchos, ao instituir um imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande, e, ao adotar medidas no sentido de evitar em seu país o uso de mão-de-obra escrava por fazendeiros brasileiros. Segundo Doratiotto, o Estado oriental tornou-se, a partir de 1863, ponto de convergência das contradições platinas que desencadeariam a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Em abril de 1863, o caudilho colorado Venâncio Flores invadiu o Uruguai com tropas organizadas em Buenos Aires e com a aprovação do governo argentino, o qual incentivou e ajudou a rebelião colorada com dinheiro e “milhares” de mosquetões. Diante da hostilidade de seus poderosos vizinhos, pois o governo imperial protestara quanto a violências cometidas contra súditos seus em território oriental, e enfrentando a revolta “colorada”, Bernardo Berro acelerou sua aproximação do Paraguai. No início de 1864, as crescentes tensões nas relações entre o Uruguai e a Argentina, causadas pela continuidade do apoio argentino aos colorados, levaram ao rompimento diplomático entre os dois países. Ao não obter sucesso na tentativa de apresentar-se como árbitro para a luta no Estado oriental e ao interpretar não estar o Paraguai sendo respeitado por Buenos Aires no contexto platino, Solano López modificou sua postura. Mostrou-se decidido a adotar uma política incisiva de defesa dos interesses paraguaios na região.

A partir do mês de abril de 1864, a Câmara dos deputados começava a pressionar o governo para tomar uma atitude sobre a situação dos súditos brasileiros residentes no Uruguai. Temendo a postura reativa dos gaúchos, o governo imperial consultou o marquês de Caxias, expoente do Partido Conservador e a maior autoridade militar do Império, sobre eventual apoio àqueles fazendeiros. Contudo, Caxias acreditava que o Brasil não deveria se envolver nas questões internas dos países vizinhos. Segundo ele, a única providência que o governo imperial



deveria tomar para garantir os “direitos” de brasileiros no Uruguai era a de reforçar as guarnições militares na fronteira (DORATIOTTO, 2002, p.51). Em abril de 1864, o governo imperial enviou em missão especial ao Uruguai o conselheiro José Antonio Saraiva, deputado liberal, cuja missão consistia em exigir do governo o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país. Na realidade, o Império tratava de criar condições para justificar a invasão da República vizinha, sendo Saraiva responsável por levar *o ultimatum* para Montevideú (DORATIOTTO, 2002, p.52-53). Inicialmente, o enviado estabeleceria negociações com os governantes orientais para ganhar tempo, enquanto era organizada a força imperial na fronteira. Doratiotto observa, também, que Saraiva acreditava que sua missão eliminaria as hostilidades sofridas pelos súditos no país e, ao mesmo tempo, seria capaz de pacificar o Estado oriental, o que nos revela que o equilíbrio interno no Uruguai tornaria a guerra evitável. Por outro lado, outro indício que nos revela que até esse momento a ameaça do conflito armado poderia ter sido reprimida relaciona-se ao cuidado do Império em criar condições políticas para promover a intervenção no Uruguai, o qual se explica pelo fato de suas relações estarem rompidas com a Grã-Bretanha. Esta, por sua vez, sempre teve interesse em preservar a independência uruguia e uma intervenção brasileira no país vizinho poderia ser interpretada como tendo finalidade expansionista, o que não era o caso. Esta intervenção também poderia criar problemas com a Argentina, levando o Império a uma indesejável posição de isolamento internacional (DORATIOTTO, 2002, p.53). Portanto, sem o apoio oficial da Argentina e da Inglaterra, o Império não organizaria uma intervenção militar no Uruguai, o que deixaria Solano López sem argumento para declarar guerra ao Brasil. Ou seja, mais um fator que comprova que o conflito armado poderia ter sido evitável até então. Moniz Bandeira observa que Solano López, ao assumir o governo, passou a reivindicar a posição de árbitro entre os países da Bacia do Prata, o que significava, em última análise, aspirar à prevalência e a desafiar o Brasil na região. López preparava-se para intervir na questão do Uruguai e instalar o confronto com o Brasil. Apenas buscava um pretexto e o modo pelo qual poderia inserir-se nos acontecimentos (BANDEIRA, 2002, p.183). Moniz Bandeira ressalta o fato de o enviado da Inglaterra ao Uruguai, Edward Thorton, ter desacreditado que o intuito do Paraguai era de fato ajudar o Uruguai, mas, sim, buscava um pretexto para entrar em conflito com o Brasil. Segundo o enviado britânico, a



intenção de López ao oferecer apoio ao Uruguai era atacar o Brasil, a fim de se apoderar do Mato Grosso (BANDEIRA, p.189). Para Solano López, a situação conflituosa no Uruguai apresentava-se como a oportunidade de seu país impor-se como potência regional (DORATIOTTO, 2002, p.59). Assim, a crise no Uruguai teria sido o principal fator que contribuiu para a deflagração da Guerra do Paraguai.

Entretanto, os acontecimentos que levariam à guerra manifestaram-se em junho de 1864. Com efeito, no dia 6 de junho de 1864, os enviados argentino, brasileiro e britânico encontraram-se com Aguirre e expuseram a necessidade de pacificação do Uruguai. Para superar eventuais dúvidas desse presidente quanto à sinceridade da mediação da Argentina e do Brasil, a presença de Thornton, enviado da Inglaterra, servia para avaliar a iniciativa. No dia 16 de junho ficou estabelecido um armistício na Guerra Civil. Dois dias depois, dia 18, ocorreu a Conferência de *Puntas dei Rosário*, na qual Flores e Aguirre apontaram para os representantes das referidas nações as exigências necessárias para que a paz fosse estabelecida. Contudo, Aguirre recuou e afirmou que somente consideraria a possibilidade de alterar o ministério após a desmobilização das forças coloradas. Muito embora esta mediação tenha fracassado em seu objetivo de pacificar o Uruguai, foi a partir deste momento em que as condições de confiança mútua entre a Argentina e o Império foram estabelecidas e, ao mesmo tempo, os ingleses tiveram a garantia de que uma possível intervenção do Império no Uruguai não teria como finalidade a anexação de parte do território do país (DORATIOTTO, 2002, p.55-56). Fatores esses que eram necessários para que o Império não ganhasse dois novos inimigos. Posteriormente, Saraiva declarou que a Tríplice Aliança, que fez a guerra contra Solano López, fora constituída em *Puntas dei Rosário*. Portanto, o dia 18 de junho de 1864, marca a data em que o conflito armado entre os países do Rio da Prata e o Brasil tornou-se inevitável, uma vez que se a paz fosse selada no Uruguai e a sua crise política internada fosse cessada, Solano López não teria um forte pretexto para declarar guerra ao Brasil. Paralelamente, o Império já havia conseguido preparar as condições favoráveis para intervir no Uruguai sem ganhar novos inimigos, ao contrário, pois a Argentina tornou-se sua poderosa aliada. Cabe ressaltar ainda que, para Solano López, apenas a continuidade da forte rivalidade entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro permitiria a ele ocupar uma posição em pé de igualdade com os dois vizinhos



(DORATIOTTO, 2002, p.49).

Em julho de 1864, o Paraguai já esperava por uma intervenção do Império Brasileiro no Uruguai. A essa altura, Solano López estava persuadido de que o governo brasileiro e o argentino atuavam em comum acordo, não só quanto ao Uruguai, mas também quanto ao Paraguai, devido à questão de fronteiras. A possibilidade de guerra começou a ficar cada vez mais evidente no dia 4 de agosto, quando o Império enviou Saraiva para apresentar um *ultimatum* a Aguirre, dando-se o prazo de seis dias para o atendimento de uma série de exigências, do contrário, tropas brasileiras entrariam em seu país para garantir os direitos dos súditos do Império ali residentes. Contudo, Aguirre, no mesmo dia 6, devolveu a nota brasileira, afirmando que a honra nacional não permitia mantê-la nos arquivos uruguaios (DORATIOTTO, 2002, p.58-59). Em seguida, Montevideú rompeu relações com o Império, e o ministro oriental no Paraguai, Vásquez Sagastume, entregou ao governo guarani cópia da nota de Saraiva com o *ultimatum*. No dia 30 de agosto, Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças de mar e terra do Império, a qual seria “atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata”, de interesse paraguaio, e afirmou não assumir a responsabilidade pelas consequências de qualquer ato brasileiro (DORATIOTTO, 2002, p.59). A chegada à Assunção da embarcação brasileira Marquês de Olinda, no dia 11 de novembro, a qual levava o presidente de Mato Grosso, coronel Carneiro de Campos, foi interpretado por López como uma afronta, tanto que horas após partir de Assunção, o Marquês de Olinda foi alcançado pela canhoneira paraguaia Tacuarí e obrigado a retornar ao porto da capital. López não compreendia como o Marquês de Olinda e o presidente de Mato Grosso seguiram viagem para aquela província, “depois que o Brasil nos declarou guerra”, ao invadir o Uruguai mesmo depois do protesto paraguaio de 30 de agosto. Doratiotto observa que o Império não declarara guerra ao Paraguai, mas López interpretava ou fingia crer que sim (DORATIOTTO, 2002, p.66).

As reflexões empreendidas por Doratiotto são interessantes e esclarecedoras, na medida em que trazem elementos que demonstram que a guerra do Paraguai poderia ter sido evitada, sobretudo, se o governo da nação guaraníca pudesse contar com uma rede diplomática eficiente. Desta maneira, eram equivocadas as interpretações do governo paraguaio, quer quanto à ameaça à independência uruguaia, quer quanto a ser o Paraguai alvo de ataque do



Império, após a intervenção militar brasileira no Uruguai. Portanto, esses equívocos, sob a ótica do autor, talvez pudessem ter sido driblados. Na região do Rio da Prata, centro crucial de seus interesses, o Paraguai não possuía representantes diplomáticos, contando apenas um cônsul na cidade de Paraná e agentes comerciais em Buenos Aires e Montevideú. Outros equívocos apontados por Doratiotto, os quais teriam contribuído ainda mais para o conflito armado, relacionam-se ao fato de inexistir no Paraguai, em decorrência do seu sistema político totalitário, um processo de decisão em que várias instâncias avaliassem os diferentes aspectos do contexto platino. Isso impediu uma análise mais realista de qual seria a possibilidade de vitória militar paraguaia sobre o Brasil e a relação custo/benefício desse conflito. Desta maneira, essa avaliação foi feita basicamente por Solano López, o que aumentava ainda mais a possibilidade de erro, ao ser feita por um líder acostumado a alcançar seus objetivos em uma realidade simples, na qual não havia jornais, nem intercâmbio de ideias com o exterior e se desconheciam partidos políticos. Todos esses elementos apontados por Doratiotto poderiam ter evitado a guerra internacional mais destrutiva e violenta já travada na América do Sul, a qual duraria cinco longos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho, à luz das reflexões empreendidas por Doratiotto, Donald, Potter, Paludan, entre outros pesquisadores, procurou demonstrar os diferentes fatores que contribuíram para a eclosão das Guerras do Paraguai e de Secessão. Paralelamente, conjecturamos as razões que teriam inviabilizado completamente a resolução pacífica dos impasses que atravessavam esses territórios, ou seja, procuramos identificar as variáveis que tornaram o conflito armado inevitável em solo americano e paraguaio. Com efeito, estas nações se transformaram em palcos de sucessivas batalhas, que quase dividiram os Estados Unidos e devastaram totalmente a economia e a população que vivia no Paraguai. Assim, avaliamos ao longo do trabalho aspectos relacionados à crise institucional, que se instalou nos Estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos, a exemplo da questão escravista e da postura de contenção desta instituição assumida pelo Partido Republicano, a partir da década de 1850. Da mesma forma que buscamos compreender os diversos problemas que atravessaram



o Brasil, Paraguai, Uruguai e a Argentina, que acabaram desencadeando uma guerra sangrenta entre estes países. Em suma, buscamos recuperar o debate historiográfico sobre a Guerra Civil americana, bem como determinados olhares direcionados à Guerra do Paraguai, visando jogar luz sobre uma área de estudo de suma importância para a compreensão acerca da história contemporânea das Américas.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, M. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 1998.

DORATIOTO, F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PERLMAN, M. The Coming of the Civil War. Lexington: 3 rd ed., 1993.

POTTER, D. The Impending Crisis. New York: Harper, 1977.

PALUNDAN, P. A People's Contest. New York: Oxford University Press, 1990.

BENSEL, R. Yankee Leviathan: The origins of Central State Authority in America (1859-1877). New York: Oxford University Press, 1990.